

Superior Tribunal de Justiça

PET no HABEAS CORPUS Nº 564.576 - SP (2020/0053168-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : SERGIO LUIZ RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADOS : RONALDO BEZERRA DOS SANTOS - MT009521B
RONILDO BEZERRA DOS SANTOS - MT009883
JACQUELINE ALMEIDA DROSGHIC - MT026959
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Por intermédio da petição de fls. 38-41, o Impetrante requer seja substituída a prisão preventiva imposta ao Paciente, garantido o seu direito de responder a ação penal em liberdade, ainda que mediante o cumprimento de medidas cautelares alternativas, nos termos da Recomendação n.º 62/2020 do Conselho Nacional da Justiça, que trata da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Repisa a tese de excesso de prazo na formação da culpa e afirma que o Paciente *"é IDOSO, mas, também é hipertenso e diabético (doc.anexo), usando medicamentos para essas doenças crônicas, ou seja, ele faz parte do grupo alto de risco"* (fl. 39), sendo possível aplicar-lhe prisão domiciliar.

Relatei. Decido.

O Juízo competente para análise da possibilidade de flexibilizar a prisão preventiva visando preservar a saúde do preso é o responsável pela expedição do mandado de prisão, sobretudo no caso, onde não foi comprovado o real estado de saúde do Paciente, tampouco as condições do estabelecimento prisional.

Desse modo, esta Corte Superior não pode se manifestar originariamente sobre a excepcional situação superveniente, sob pena de supressão de instância.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora